



Adesão, Vantagens e Dificuldades na Adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) nos Municípios da Região Sudoeste do Paraná

Pricila Calegari

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

pricila.calegari01@gmail.com

Ana Paula Righes

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

fbfulia@hotmail.com

Sandro César Bortoluzzi

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

sandro@utfpr.edu.br

Eliandro Schvirck

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

eliandro@utfpr.edu.br

Resumo

A pesquisa objetiva identificar a adesão, vantagens e dificuldades na adequação às Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público (NBCASPs) nos Municípios da Região Sudoeste do Paraná. O estudo caracteriza-se como exploratório, descritivo e quantitativo e utiliza-se de questionário como instrumento de coleta de dados, aplicado aos contadores das prefeituras municipais da região sudoeste do Paraná. Os principais resultados são: (i) os contadores não se sentem preparados para implementarem as mudanças necessárias para adequação as novas normas contábeis nas prefeituras; (ii) os contadores não percebem o apoio do gestor municipal na adequação das novas normas; (iii) os contadores avaliam que o software utilizado pela prefeitura é adequado para as mudanças necessárias; (iv) praticamente a metade das prefeituras não aderiram integralmente as novas normas; (v) 89% acreditam que farão a adesão as novas normas até o tempo limite estipulado pela Secretaria do Tesouro Nacional; (vi) a principal vantagem percebida pelos contadores das novas normas é a integração com as normas internacionais de contabilidade; (vii) a principal dificuldade percebida para adequação as novas normas é a falta de qualificação dos demais membros do quadro de funcionários; (viii) o tempo de aperfeiçoamento dos contadores tem influência quanto ao nível de preparação para implementação das normas; (ix) os municípios maiores apresentam melhor nível de preparação para implementação das normas.

Palavras-chave: Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público. Contabilidade Pública. Município. Adequação as normas.



1. INTRODUÇÃO

A Contabilidade vem passando por diversas modificações nos últimos anos, iniciando pela contabilidade do setor privado no fim da década de 90, com a convergência entre os procedimentos contábeis adotados nos países e os praticados e aceitos internacionalmente.

No Brasil a harmonização das práticas contábeis está em discussão no âmbito do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que criou o Comitê Gestor de Convergências com o objetivo de desenvolver ações para promover a harmonização das Normas Brasileiras de Contabilidade (DARÓS e PEREIRA, 2009).

Essa transformação se estendeu para a Contabilidade Pública, onde além da necessidade de informações contábeis mais práticas e convergentes ao cenário internacional ainda há a preocupação com a transparência nas contas públicas, resultando em um maior entendimento por parte dos usuários. Neste contexto, surge as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, por meio das Resoluções 1.128/2008 a 1.137/2008 (NBC T 16).

A NBC T 16 contém as dez primeiras normas aplicadas especificamente ao setor público e que inovaram ao estabelecer critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação de imobilizados, ao mesmo tempo exigir apuração de custos e do resultado das atividades realizadas na esfera pública, evidenciando para a população o quão eficiente está à gestão de recursos públicos (CARVALHO et. al., 2013).

Apesar das normas trazerem inovações à contabilidade pública, percebe-se morosidade em sua adesão, equívocos quanto às vantagens e dificuldades de implementação (MACÊDO e KLANN, 2014).

Diante do cenário de mudanças na Contabilidade Pública brasileira e da necessidade de avaliação dos impactos dessas mudanças na gestão pública municipal, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: Qual a adesão, vantagens e dificuldades na adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) nos Municípios da Região Sudoeste do Paraná?

No intento de responder o problema de pesquisa, apresenta-se, como objetivo geral do trabalho, verificar a adesão, vantagens e dificuldades na adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) nos Municípios da Região Sudoeste do Paraná. E ainda como norteadores ao entendimento do objetivo geral elencam-se os objetivos específicos: (i) analisar se os Municípios da Região Sudoeste do Paraná estão aderindo a NBCASP; (ii) identificar quais as vantagens na adequação às NBCASP; e, (iii) verificar as dificuldades encontradas na adequação às NBCASP.

Assim, este trabalho justifica-se de forma prática pela análise realizada do impacto e utilização de uma nova legislação no trabalho do profissional contábil no setor público, mais especificamente nas Prefeituras dos Municípios da Região Sudoeste do Paraná. Justifica-se também pela análise concreta do processo de implantação e aplicabilidade das novas normas relacionando com a teoria.

De forma teórica, este trabalho justifica-se por contribuir para o enriquecimento do conhecimento na área de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. E, ainda, por ser possível



constatar uma abordagem da teoria x prática, por meio de diagnóstico e análise a ser realizado pela aplicação de questionários aos profissionais da área contábil em todos os Municípios que compõem a Região Sudoeste do Paraná, tendo como base estudos acerca do tema.

O estudo delimita-se as percepções dos contadores das prefeituras municipais da região Sudoeste do Paraná.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Contabilidade Pública está presente no Brasil desde sua descoberta, todavia sua mais perceptível evolução ocorreu apenas no século XX, especificamente a partir do Decreto Federal nº 4.536, de 28 de janeiro de 1922, o qual teve como objetivo organizar o Código de Contabilidade Pública da União, e da Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964, que estabeleceu normas gerais de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Antes da promulgação da Lei nº 4320/1964, cada Estado e Município tinham regras e procedimentos próprios que foram padronizados a partir deste ano, mas voltava-se apenas ao aspecto orçamentário dos entes públicos, e assim a Contabilidade Pública acabou perdendo seu enfoque patrimonial.

A Contabilidade privada também teve grande transformação, o que incide visivelmente na contabilidade do setor público neste período, principalmente no fim da década de 90, quando surge uma nova fase de mudanças, ocasionadas pela necessidade de alcançar uma prática contábil padronizada e que acompanhasse o processo de globalização.

Desta forma o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em conjunto com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estabeleceram o início da convergência das normas contábeis brasileiras, a partir da emissão destas, pela *Internacional Accounting Standards Board (IASB)* e *Financial Accounting Standards Board (FASB)*.

Esta transformação na contabilidade no país se ampliou também para o setor público, por meio do IFAC, órgão internacional definido por Amaral e Lima (2012):

Em nível global, a *Internacional Federation of Accountants (IFAC)* é a organização responsável por conduzir o processo de convergência da Contabilidade Pública aos padrões internacionais. A IFAC é composta por organismos nacionais de diversos países membros, os quais contribuem para a elaboração da *Internacional Public Sector Accounting Standards (IPSAS)*.

A partir do IPSAS, o CFC em conjunto com a Secretaria de Tesouro Nacional (STN) emitiu as 10 primeiras Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no ano de 2008, balizando o início da convergência na contabilidade da União, dos Estados e Municípios e que serão apresentadas.

Nota-se que as informações divulgadas em um novo padrão de contabilidade têm prazo para o ano de 2015, visto que, as demonstrações contábeis do exercício de 2014 que devem estar adequadas as NBCASP, são divulgadas em 2015.



Desta forma, Percebe-se que a contabilidade não só no setor público que é o foco deste trabalho, mas em todos os seus aspectos, evoluiu notavelmente, corroborando a sua importância na atual conjuntura econômica mundial.

Marion (2008), diz que a Contabilidade é a ciência que tem por objeto o estudo do patrimônio, a partir do emprego de métodos, sobretudo, desenvolvidos de modo a contemplar todos os fatos que comprometem a situação patrimonial, sendo que estas informações geradas são utilizadas principalmente para a tomada de decisão pelos gestores.

O CFC (2008) conceitua o objeto da contabilidade como sendo sempre o patrimônio de uma entidade, abrangendo o conjunto de bens, direitos e obrigações. Esse patrimônio pode pertencer a uma pessoa física ou a um conjunto de pessoas, ou ainda a sociedades ou instituições de qualquer natureza que tenham ou não finalidade lucrativa.

Confrontando os conceitos acima se pode verificar que estes estão voltados especialmente ao patrimônio das entidades e na geração de informação para a tomada de decisão.

Desta forma, ao buscar o conceito de Contabilidade Pública vê-se que este não está apenas voltado ao patrimônio e a geração de informação. Para Kohama (2013, p.25), a Contabilidade Pública municipal é um dos ramos mais complexos da ciência contábil, pois por meio de metodologia especialmente criada para esta, busca captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações financeiras e patrimoniais das entidades.

Segundo Alberton et. al., (2013), para atingir o objetivo da ciência contábil, o patrimônio da entidade pública e toda a sua movimentação, a arrecadação de receitas, o dispêndio de recursos e todas as atividades concernentes ao cumprimento das funções da administração pública necessitam ser registrados no sistema oficial de Contabilidade Pública do ente de forma completa.

Para alcançar este conceito e o objetivo da ciência contábil no setor público, o CFC vem trabalhando em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) tendo como sua principal ação a publicação em 2008 das 10 (dez) primeiras Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A partir da necessidade de padronizar as normas e os procedimentos contábeis internacionalmente, tendendo facilitar a comparação das informações contábeis entre os diversos países, bem como a comunicação entre estes, surge o Conselho Internacional de Normas Contábeis (IASB – *International Accounting Standards Board*) e com as Normas Internacionais de Auditoria e Asseguração emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC – *International Federation of Accountants*) (DARÓS e PEREIRA, 2009).

Estas duas entidades são responsáveis pela emissão das normas que são traduzidas e reemitidas por meio das CPC's. Na Contabilidade Pública esta harmonização das práticas contábeis é realizada por meio das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS – *International Public Sector Accounting Standards*). Os IPSAS são editados pela Federação Internacional de Contadores (IFAC) e traduzidas para o português também por meio dos CPC's.

No ano de 2008 acompanhando a conjuntura evolutiva da Contabilidade Pública, foram publicadas as NBCASP, sob denominação de NBC T 16, demonstradas no Quadro 1 com o propósito de resgatar a Contabilidade Pública enquanto ciência, e ainda para que possa adequar as



Normas Brasileiras de Contabilidade Pública às Normas Internacionais de Contabilidade, reforçando as determinações contidas na LRF e na Lei Federal nº 4.320/1964.

Numeração CFC	Resolução Norma FI.	Norma
NBC T 16.1	1.128/08	Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação
NBC T 16.2	1.129/08	Patrimônio e Sistemas Contábeis
NBC T 16.3	1.130/08	Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil
NBC T 16.4	1.131/08	Transações no Setor Público
NBC T 16.5	1.132/08	Registro Contábil
NBC T 16.6	1.133/08	Demonstrações Contábeis
NBC T 16.7	1.134/08	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.8	1.135/08	Controle Interno
NBC T 16.9	1.136/08	Depreciação, Amortização e Exaustão
NBC T 16.10	1.137/08	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público 42

Quadro 1 – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Fonte: Elaborado a partir das Portarias nº 1.128 a nº 1.135/2008 emitidas pelo CFC.

Muitas são as mudanças ocorridas, mas as instituições públicas deverão se adaptar a essa nova realidade, e seus profissionais Contadores terão que, obrigatoriamente, rever seus conhecimentos, apesar das dificuldades encontradas neste processo, pois ela também traz vantagens ao contexto.

Após a publicação das NBCASP, o STN (2012) publicou ainda o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o qual visa: colaborar com o processo de elaboração e execução do orçamento, além de contribuir para resgatar o objeto da contabilidade como ciência, que é o patrimônio.

Em síntese o MCASP é um auxiliar ao comprimento das NBCASP, e é reeditado a cada ano, buscando-se inserir os aprimoramentos cabíveis, decorrentes das discussões no âmbito do Grupo Técnico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (GTCON) e das sugestões e colaborações de diversos técnicos e instituições de todo o país e ainda oferece periodicamente os resultados destas discussões para consulta pública (STN, 2014).

O MCASP salienta que todos os entes públicos tiveram prazo para adequarem-se a este novo contexto, mas ainda esperava-se até o ano de 2013, que estes fossem novamente alterados devido às dificuldades encontradas principalmente quanto à complexidade de um novo layout no sistema contábil utilizado, sendo que este deve atender a todas as mudanças ocorridas a partir da NBCASP, principalmente com o novo Plano de Contas e as Demonstrações Contábeis.

Cabe ressaltar que a prestação de contas, bem como o acompanhamento da adequação às NBCASP nos Municípios é feita pelo Tribunal de Contas dos Estados (TCE), órgão responsável pela fiscalização do uso do dinheiro público, integralmente via internet, desta forma o sistema contábil é uma peça de fundamental importância para os Municípios.

Assim, observa-se a partir da literatura apresentada que a Contabilidade Pública está em pleno processo de transformação, cada vez mais em evidencia no contexto nacional e que a adoção de novas práticas é um processo longo e que envolve diversos aspectos da contabilidade e da administração pública.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa é de caráter exploratório, com o objetivo de buscar informações acerca das alterações na contabilidade aplicada ao setor público, ocasionada pela convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, especificamente sobre a adesão, vantagens e dificuldades na adequação as NBCASP, pelos Municípios da região sudoeste do Paraná, foco principal deste trabalho, proporcionando maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, conforme afirma Gil (2002, p.41).

Esta pesquisa também se apresenta como descritiva, pois tem como princípio a descrição de características de determinada população e ainda estabelece relações entre variáveis (GIL, 2002). Andrade (1999) diz que a pesquisa descritiva compreende os fatos observados, registrados, analisados e interpretados.

Para a presente pesquisa foi realizado um levantamento por meio de questionários, também denominado *survey*. O questionário é segundo Severino (2007, p.125), “conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo”.

Quanto à abordagem do problema a pesquisa caracteriza-se como quantitativa em função das análises estatísticas realizadas.

A pesquisa foi realizada objetivando abranger todos os Contadores das prefeituras dos 42 Municípios da região da Sudoeste do Paraná.

Para responder o problema da pesquisa, foi formulado um questionário com o intuito de verificar na percepção dos Contadores atuantes nas prefeituras do Sudoeste do Paraná opiniões a respeito de três blocos de questões (i) adesão às normas; (ii) vantagens com a adequação às normas; e, (iii) dificuldades à adequação as normas.

O questionário foi elaborado com embasamento em normas, portarias, leis e decretos sobre o referido assunto, bem como na bibliografia existente.

Após a elaboração do questionário, esse foi validado com o auxílio de um dos Contadores e também com uma professora da área de Contabilidade Pública.

O questionário foi dividido de acordo com as variáveis utilizadas, sendo 05 blocos de questões fechadas, totalizando 31 questões. Para que o questionário envolvesse toda a região, a coleta de dados foi realizada via formulário de preenchimento *online Google Docs*. O primeiro passo foi um contato via telefone com os 42 Contadores para solicitação do e-mail, onde posteriormente o questionário foi enviado para cada um destes, durante o período de 23/06/2014 a 21/07/2014.

A análise dos foi realizada por meio do cálculo de média e desvio padrão de uma escala Likert de 1 a 5.

Neste contexto, dos 42 Municípios da região Sudoeste do Paraná para os quais foram enviados os questionários, obteve-se 35 respostas, representando 83%, do total.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Contexto geral

A primeira análise consiste em conhecer o perfil dos contadores dos municípios da região sudoeste do Paraná. Os Profissionais Contábeis são na sua maioria do sexo masculino, 57% e do sexo feminino 43%, responsáveis pelo setor contábil das prefeituras analisadas. De acordo com o CFC (2014) as mulheres já ocupam quase metade do mercado na área da Contabilidade, sendo que de 491 mil profissionais, 202 mil são mulheres.

Quanto à faixa etária dos Contadores, com base nas informações obtidas no questionário, verificou-se que a maior parte dos profissionais da área contábil (60%) atuantes nas prefeituras do Sudoeste do Paraná, possuem 40 anos ou mais, podendo ser considerado um ponto positivo, em virtude da maturidade destes profissionais, e também por conhecerem a anos o andamento da contabilidade do Município onde atuam, facilitando assim o processo de adequação as novas normas; e ao mesmo tempo pode ser um ponto negativo por essas pessoas com mais idade estar menos suscetíveis a mudanças de hábitos.

A próxima análise refere-se formação acadêmica. De acordo com as informações obtidas, verificou-se que a grande maioria, além de possuir Graduação em Ciências Contábeis, possui também Especialização em Contabilidade Pública, e os contadores estão se especializando na área do setor público, o que é importante, uma vez que além de evolução da ciência contábil, o Código de Ética do Contabilista em seu Capítulo II, trata dos deveres: “Art. 2º São deveres do Profissional da Contabilidade: X – cumprir os Programas Obrigatórios de Educação Continuada estabelecida pelo CFC;” (CFC, 1996).

Na sequência buscou-se identificar o tempo de experiência dos profissionais na área pública. Verificou-se que 28 dos contabilistas da região possuem acima de 06 anos de experiência no ramo, representando 80% do total.

Questionaram-se também os contadores quanto ao tempo dedicado à realização de cursos de aperfeiçoamento em relação às normas de contabilidade aplicadas ao setor público. Percebe-se na análise que 9% dos contadores não realizaram nenhum curso de aperfeiçoamento e que apenas 26% dos contadores fizeram cursos de aperfeiçoamento com tempo superior a 60 horas após a divulgação das novas normas.

A próxima análise buscou identificar como os Contadores avaliam o seu nível de preparação para a adequação da contabilidade as novas normas, e os resultados são visualizados no Gráfico 1.

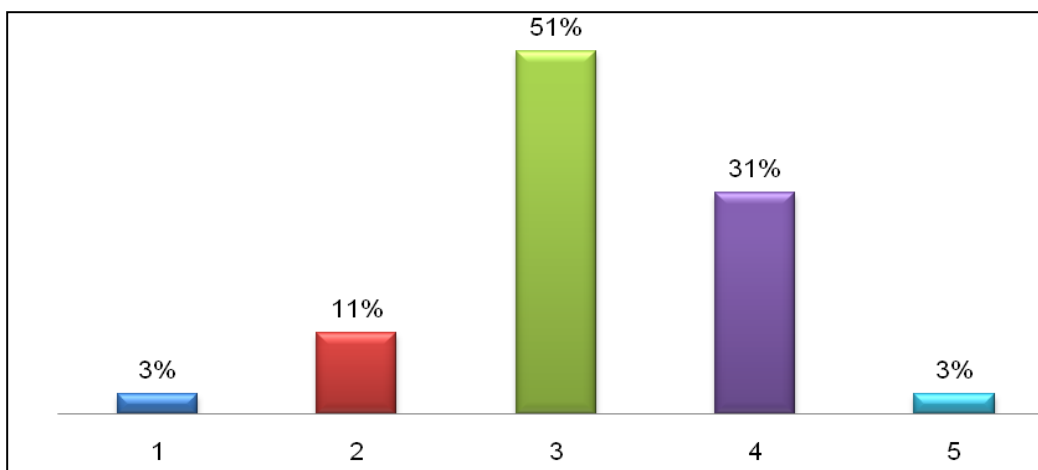


Gráfico 1 – Nível de preparação dos Contadores para a adequação às NBCASP em seu contexto de atuação.
Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Verifica-se que as respostas foram um tanto preocupantes, sendo que das 35 respostas, a mais indicada pelos respondentes, com 51% foi a de que na opinião do profissional o seu conhecimento é “médio”; e somente 3% dos contabilistas responderam ter um nível “preparado” de conhecimento, representando apenas um, dos 35 que responderam do questionário. A média quanto ao nível de preparação dos contadores para adequação às NBCASP foi de 3,2 com um desvio padrão de 0,8. Essa análise indica que os contadores não se sentem preparados para adequar a contabilidade da prefeitura as novas normas.

Para adequação da contabilidade às novas normas também é necessário ter apoio da prefeitura municipal. Logo, foram questionados os contadores sobre sua percepção sobre o nível de compromisso do gestor municipal quanto essa adequação as normas, como se visualiza no Gráfico 2.

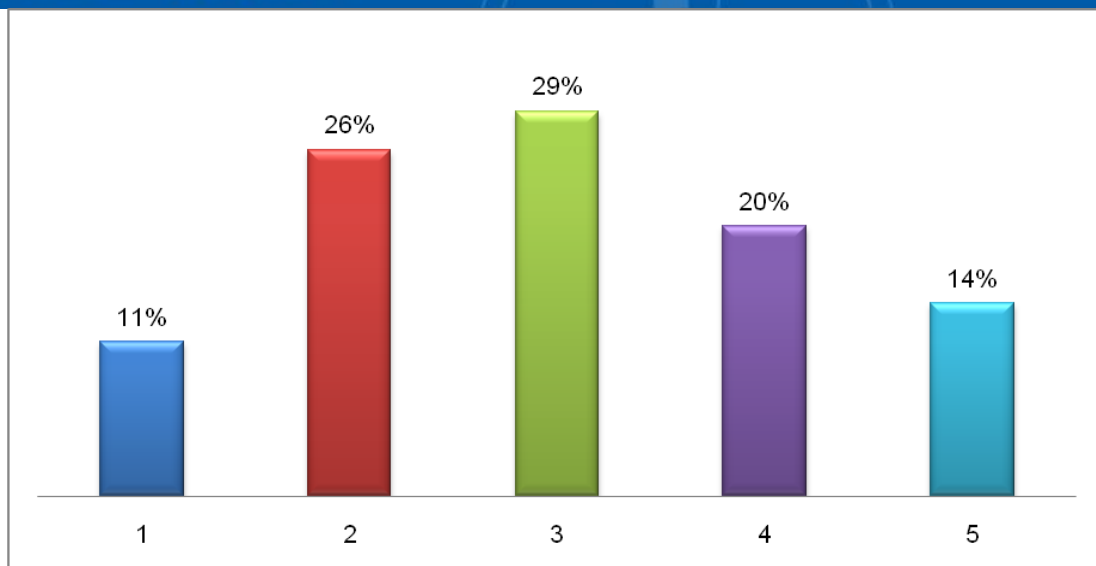


Gráfico 2 – Nível de compromisso do Gestor Municipal (Prefeito) quanto à adequação às NBCASP.
Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Pode-se verificar que o apoio do gestor municipal não corresponde às expectativas dos Contadores. A média em relação ao nível de compromisso do gestor municipal quanto à adequação às NBCASP foi de 3, com um desvio padrão de 1,24. Essa análise demonstra que o contador não percebe o prefeito municipal como motivador das mudanças contábeis necessárias.

De acordo com Azevedo et al. (2010), além das NBCASP proporcionarem maior controle e transparência na Contabilidade Pública, viabilizará aos Contadores apresentar ao gestor informações gerenciais para um melhor desempenho funcional, e maior eficácia dos gastos, sendo assim uma administração que poderá oferecer aos munícipes demonstrações contábeis indispensáveis para o exercício da cidadania.

A próxima análise realizada foi em relação à adequação do *software* utilizado pela prefeitura as mudanças contábeis a serem implementadas. Para tanto foi questionado os contadores sobre a adequação do *software* utilizado pelas prefeituras do Sudoeste do Paraná, conforme exposto no Gráfico 3.

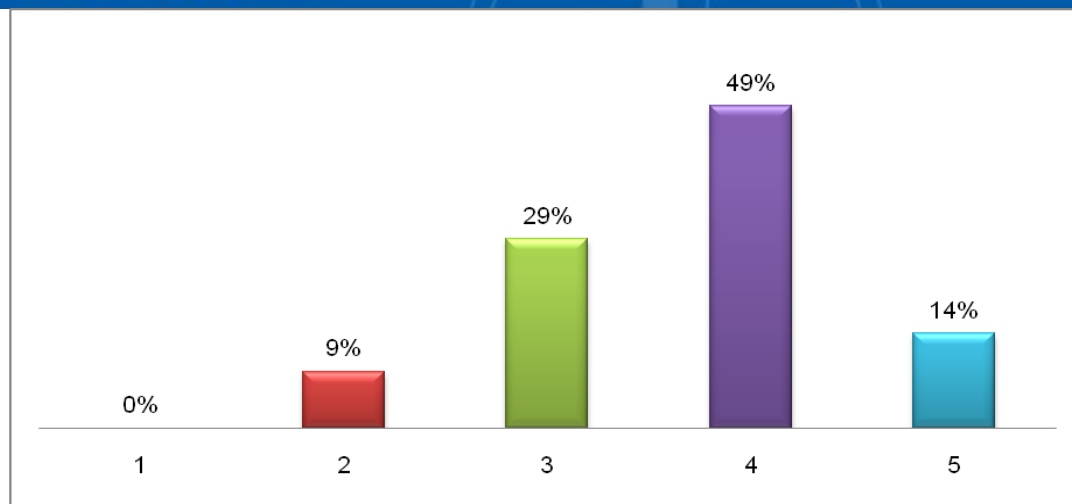


Gráfico 3 – Avaliação dos Contadores referente ao *software* utilizado pelos Municípios da Região Sudoeste do Paraná quanto à adequação de seus sistemas às NBCASP.

Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Analisando as respostas obtidas verifica-se que 63% dos respondentes estão satisfeitos com o *software* utilizado, logo se acredita que este já permita a realização das operações básicas identificadas nas normas. A média alcançada na presente análise foi de 3,69 com um desvio padrão de 0,83. Essa análise indica que o contador tem a percepção de que o software atende as necessidades para adequação as NBCASP.

Concomitante com isso, Nascimento et al. (2013, p. 11) entende que o Contador além de executar suas atividades costumeiras, precisará acrescentar à sua rotina novos procedimentos que demandarão maior capacidade técnica e ferramentas tecnológicas adequadas ao novo padrão.

4.2 Análise da adesão das prefeituras às normas

A próxima análise refere-se à adesão das prefeituras em relação às NBCASP, conforme apresentado no Quadro 2:

Análise quanto à adesão das prefeituras em relação às NBCASP	Até 60%	Acima de 60%
Atendimento do Plano de Contas Único, das Demonstrações Contábeis padrões, e as Notas Explicativas, obrigatórias às NBCASP, nos Municípios da Região Sudoeste do Paraná.	35%	65%
Adesão das NBCASP nos Municípios da Região Sudoeste do Paraná até a presente data.	40%	60%
Previsão de adesão às NBCASP ao final do prazo estipulado pela Secretaria do Tesouro Nacional nos Municípios da Região Sudoeste do Paraná.	11%	89%

Quadro 2 – Análise quanto à adesão das prefeituras em relação às NBCASP

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

O Quadro 2 permite concluir que a maioria dos contadores da região sudoeste do Paraná acredita atender acima de 60% as mudanças quanto ao atendimento do Plano de contas único, das demonstrações contábeis padrões e as notas explicativas. De forma geral, percebe-se que um pouco mais da metade dos contadores (60%) acreditam que a adesão as normas em seu município estão completa até a data da presente pesquisa. No entanto, 89% dos contadores acreditam que conseguirão adequar a contabilidade da prefeitura as novas normas até o final do prazo estipulado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

4.3 Vantagens da adequação às NBCASP

No Quadro 3, apresenta-se a análise realizada quanto às vantagens percebidas pelos contadores na adequação da contabilidade da prefeitura as novas normas:

Análise quanto às vantagens de adequação às NBCASP	Média	Desvio padrão
Auxílio das NBCASP no cumprimento das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei nº 4.320/64.	3,8	0,96
Inserção do Brasil no contexto democrático internacional.	3,9	0,80
Elaboração de demonstrações contábeis mais confiáveis com a adequação às NBCASP.	3,9	0,95
Unificação das práticas contábeis, facilitando o entendimento com a adequação às NBCASP.	4,1	1,0
Efetivo controle patrimonial, com evidência clara e objetiva dos bens e de seus valores atualizados.	3,9	1,1
Melhora do planejamento da administração pública resultando na melhor gestão e aplicação de recursos.	3,7	1,1
Agregação de valor quanto à qualidade, confiabilidade, tempestividade, compreensibilidade, comparabilidade e ganho no nível informacional com a adequação às NBCASP.	3,7	1,0
Integração com as Normas Internacionais de Contabilidade com a adequação às NBCASP.	4,2	0,7

Quadro 3 – Análise quanto às vantagens de adequar a contabilidade da prefeitura as novas normas

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

A análise do Quadro 3 permite concluir que a principal vantagem percebida pelos contadores das prefeituras da região sudoeste na adequação as novas normas é em relação à integração com as normas internacionais de contabilidade. Uma segunda vantagem destacada é a unificação das práticas contábeis. As vantagens que os contadores percebem como de menor impacto são: (i) melhora no planejamento da administração pública; e, (ii) agregação de valor quanto à qualidade, confiabilidade, tempestividade, compreensibilidade, comparabilidade e ganho no nível informacional.

4.4 Dificuldades da adequação as NBCASP

No Quadro 4, apresenta-se a análise realizada quanto às dificuldades percebidas pelos contadores na adequação da contabilidade da prefeitura as novas normas:

Análise quanto às dificuldades de adequação às NBCASP	Média	Desvio padrão
Falta de apoio por parte dos gestores públicos para a adequação às NBCASP.	3,2	1,3
Falta de qualificação profissional dos demais membros do quadro de funcionários para a adequação às NBCASP.	3,6	1,2
Falta de treinamentos focados nas alterações trazidas pelas NBCASP.	3,5	1,2
Adequação às NBCASP dos Sistemas (software) de contabilidade governamental utilizados.	3,2	1,1
Escassez de tempo para a adequação às NBCASP.	3,3	1,3
Escassez de literatura sobre as NBCASP.	3,1	1,2
Cultura/reaprendizagem e mudanças de hábitos no processo de adequação às NBCASP.	3,2	0,9
Mudança do enfoque de orçamentário para patrimonial no processo de adequação às NBCASP.	3,1	1,1
Dificuldade de organização do patrimônio após anos de gestão sem um controle efetivo.	3,0	1,1
Custo de adequação dos sistemas contábeis às NBCASP.	3,5	1,4

Quadro 4 – Análise quanto às dificuldades de adequar a contabilidade da prefeitura as novas normas

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

A análise do Quadro 4 permite concluir que a principal dificuldade visualizada pelos contadores entrevistados é a falta de qualificação profissional dos demais membros do quadro de funcionários. O segundo ponto em evidência é o custo de adequação dos sistemas contábeis. O terceiro ponto a falta de treinamentos focados nas alterações.

4.5 Cruzamento do perfil dos contadores e prefeitura com nível de preparação, compromisso do gestor, vantagens e dificuldades

No Quadro 5, apresenta-se a análise do nível de preparação do contador para implementação das mudanças, do nível de compromisso do gestor municipal, das vantagens e desvantagens em relação à carga horária de aperfeiçoamento realizada pelo contador:

Carga horária de aperfeiçoamento realizada	Nível de preparação para implementação		Nível de compromisso do gestor municipal		Vantagens		Dificuldades	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP
1 a 15 horas	3,00	0,58	2,14	1,35	4,13	0,74	3,18	1,13
16 a 30 horas	3,11	0,60	3,11	0,60	3,93	0,86	3,55	1,01
31 a 45 horas	3,40	1,14	3,80	1,30	3,98	1,41	2,67	1,51
46 a 60 horas	4,00	0,00	3,50	0,71	3,88	1,24	2,92	0,94
Mais de 60 horas	3,44	0,53	3,00	1,41	3,86	0,83	3,56	0,99
Nenhum aperfeiçoamento	2,33	1,53	3,00	1,73	3,29	0,83	2,92	1,41

Quadro 5 – Análise da carga horária de aperfeiçoamento com nível de preparação, compromisso do gestor, vantagens e dificuldades

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

A análise do Quadro 5 permite concluir que existe alguma variação quando se analisa o nível de preparação para implementação, nível de compromisso do gestor municipal, vantagens e dificuldades em relação aos que tiveram maior ou menor carga horária de aperfeiçoamento. Percebe-se que o tempo de aperfeiçoamento tem influência sobre a percepção dos profissionais quanto ao seu nível de preparação para a implementação das normas. Os grupos com mais horas de aperfeiçoamento se auto avaliaram com nível médio em torno de 3,40, enquanto os que tiveram menos horas de aperfeiçoamento, o nível médio variou entre 2,33 e 3,11.

No Quadro 6, apresenta-se a análise do nível de preparação do contador para implementação das mudanças, do nível de compromisso do gestor municipal, das vantagens e desvantagens em relação à experiência do contador na área pública:

Experiência na área pública	Nível de preparação para implementação		Nível de compromisso do gestor municipal		Vantagens		Dificuldades	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP
De 0 a 5 anos	2,86	1,07	4,00	1,00	4,16	0,81	3,36	1,38
De 6 a 10 anos	3,50	0,53	2,70	0,95	4,14	0,77	3,48	1,07
De 11 a 16 anos	3,40	1,14	1,41	1,58	3,55	1,43	2,73	1,07
De 16 a 20 anos	2,75	0,50	3,00	1,41	3,72	1,03	2,90	1,18
Mais de 20 anos	3,22	0,67	2,56	1,24	3,71	0,83	3,40	1,12

Quadro 6 – Análise da experiência na área pública com nível de preparação, compromisso do gestor, vantagens e dificuldades

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Destaca-se no Quadro 6 que os contadores com menor experiência percebem maiores vantagens na adequação da contabilidade pública as novas normas e também de forma geral, percebem as maiores dificuldades na implementação. Em relação à influência da experiência com o nível de preparação percebe-se que quem se diz mais preparado tem entre 6 e 10 anos de tempo na área. Percebe-se também que os menos experientes acreditam em um apoio maior por parte do gestor municipal.

No Quadro 7, apresenta-se a análise do nível de preparação do contador para implementação das mudanças, do nível de compromisso do gestor municipal, das vantagens e desvantagens em relação ao orçamento do município:

Orçamento do Município	Nível de preparação para implementação		Nível de compromisso do gestor municipal		Vantagens		Dificuldades	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Até R\$ 50.000.000,00	3,14	0,74	3,07	1,25	3,96	0,83	3,24	1,20
Acima de R\$ 50.000.000,00	3,50	1,05	2,67	1,21	3,60	1,34	3,38	1,10

Quadro 7 – Análise do orçamento do município com nível de preparação, compromisso do gestor, vantagens e dificuldades

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Destaca-se no Quadro 7 que os municípios com maior orçamento apresentam um nível maior de preparo para implementação das mudanças. Municípios com orçamento menor acreditam em um maior apoio do gestor municipal. Municípios menores acreditam que a adequação as normas trará maior vantagem e percebe menor dificuldade na implementação das mudanças.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As NBCASP são parte das ações planejadas e estabelecidas pelo CFC para a convergência da Contabilidade Pública aos padrões internacionais de contabilidade, e trouxeram para a Contabilidade Pública brasileira um novo enfoque, resgatando a essência da ciência contábil, onde passa a ser foco principal o patrimônio, deixando de lado o enfoque orçamentário que era tão presente.

Assim, verifica-se que o objetivo geral foi atingido por meio do estudo da literatura, buscando verificar as principais mudanças trazidas pelas novas normas, e para verificar se os profissionais estão adequando a estas normas e bem como se estes encontram vantagens e dificuldades, foi elaborado um questionário enviado via formulário *online* para os contabilistas. Para tanto, foi necessário estabelecer objetivos específicos para posteriormente atingir o objetivo geral desta pesquisa.

O primeiro objetivo específico foi analisar se os Municípios da região Sudoeste do Paraná estão aderindo a NBCASP; para uma melhor compreensão dos resultados obtidos com o intuito de alcançar esse objetivo foi necessário conhecer também o perfil do Contador respondente e da prefeitura onde este trabalha. Constatou-se entre os profissionais entrevistados que na maioria pertence ao sexo masculino, possuem idade superior a 40 anos, todos com a devida capacitação para exercício do cargo, sendo que a maioria, além de graduação em contabilidade, possui especialização na área pública, atuantes há mais de 10 anos no serviço público, e com carga horária de aperfeiçoamento referente às novas normas acima de 16 horas, sendo que se consideram aptos para a adequação a estas. Quanto ao perfil da prefeitura percebeu-



se que os gestores municipais não estão compromissados com o auxílio à adequação as novas normas e em contrapartida o *software* utilizado esta adequado para as mudanças.

O segundo objetivo foi identificar quais as vantagens na adequação às NBCASP. O alcance deste objetivo se deu através de estudo de artigos da literatura e de um levantamento das vantagens trazidas pelos mais diversos autores. Estas foram elencadas no questionário aplicado aos Contadores do Sudoeste do Paraná, que na sua maioria concordaram que as novas normas auxiliam no cumprimento das disposições da LRF e Lei nº 4.320/64; na elaboração de demonstrações mais confiáveis; na unificação das práticas contábeis, facilitando o entendimento destas; no efetivo controle patrimonial, com evidencia clara e objetiva dos bens e de seus valores atualizados; contribuem na inserção do Brasil no contexto democrático internacional; na melhora do planejamento da administração pública resultando na melhor gestão e aplicação de recursos; na agregação de valor quanto à qualidade, confiabilidade, tempestividade, compreensibilidade, comparabilidade ganho no nível informacional; e ainda a integração com as Normas Internacionais de Contabilidade.

O terceiro objetivo verificar as dificuldades encontradas na adequação às NBCASP. Diante disto, foi verificado que as dificuldades encontradas são: Falta de apoio por parte dos gestores públicos; Falta de qualificação profissional dos demais membros do quadro de funcionários; Falta de treinamentos focados nas alterações, sendo esta na opinião da maioria dos Contadores; Falta de adaptação dos *softwares* utilizados; Falta de tempo; Escassez Literária; Mudanças de hábitos cultura/reaprendizagem; Mudança do enfoque orçamentário para patrimonial; Organização do patrimônio após anos de gestão sem controle efetivo; Custo de adequação dos sistemas contábeis, sendo que esse custo de acordo com os Contadores respondentes não é uma dificuldade que atrapalhe de forma expressiva na adequação às novas normas.

Ao analisar as respostas e os objetivos, correlacionando-os com o referencial teórico desenvolvido foi possível responder ao problema formulado, uma vez que de acordo com as informações obtidas pelos instrumentos de pesquisa, a adequação às NBCASP está acontecendo, dificuldades estão sendo encontradas, porém as vantagens são recompensadoras, garantindo maior transparência e fidedignidade nas demonstrações contábeis emitidas pelos entes públicos, pois, essas mudanças permitirão informações claras e detalhadas sobre o patrimônio e recursos públicos, podendo aumentar o interesse da sociedade em acompanhar a evolução da gestão pública.

Assim, conclui-se que as NBCASP ocasionarão inúmeros benefícios para a administração pública, sendo que das vantagens elencadas, é da opinião unânime dos Contadores respondentes que todas são benefícios diretos da adequação. Contudo faz-se necessário um engajamento e compromisso dos gestores, os contabilistas, bem como dos demais membros do setor da contabilidade, bem como da população e os órgãos fiscalizadores para exigirem o cumprimento desta.

As limitações da presente pesquisa refere-se a quantidade de respondentes para a realização de uma análise estatística, que permitisse melhores conclusões. Sugere-se para futuras pesquisas a aplicação do questionário em outras regiões do Brasil para comparação dos resultados.



REFERÊNCIAS

ALBERTON, Luiz; AMARAL, Edair do; RONCALIO, Michele Patrícia. Adoção do enfoque patrimonial, previsto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em Municípios de Santa Catarina. **Revista Gestão Contemporânea – FAPA**. Porto Alegre, ano 10, n. 13, p. 181-202, jan./jun. 2013.

AMARAL, Guilherme Fernandes; LIMA, Diana Vaz de. A Contribuição da Nova Contabilidade Pública Sobre os Efeitos dos Ciclos Políticos no Brasil. **Encontro da Divisão de Administração Pública/APB da ANPAD**. 5, Salvador, 2012.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BRASIL. Decreto nº 4.536, de 28 de janeiro de 1922. Organiza o Código de Contabilidade da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Históricos/DPL/DPL4536.htm> Acesso em: 28 out. 2013.

_____. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 28 out. 2014.

CARVALHO, Tatiana de Araújo; MAIA, Ana Maria; Matias, Marcia Athayde; PEREIRA, Carolina Moreira; RESENDE, Cintia Carneiro; SANTOS, Thatiana Marques dos. Eficiência na Utilização de Ativos Imobilizados: Estudo Comparativo entre os Polos de Ensino a Distância do CAED/UFGM. In: Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância, 10., 2013, Belém, PA. **Anais Eletrônicos**. Minas Gerais, ESUD, 2013.

COAN, Marcelo. Dificuldade no envio de informações para o TCE-PR pode prejudicar Municípios. **Minutta**, São Lourenço do Oeste, Santa Catarina, 22 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.minutta.com.br/news/see/15>>. Acesso em: 07 set. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>>. Acesso em: 07 set. 2014.

CONSELHO FERERAL DE CONTABILIDADE. Resolução n.º 1.128, de 21 de novembro de 2008: aprova a NBC T 16.1 – conceituação, objeto e campo de aplicação, 2008a. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001128>. Acesso em: 25 jun. 2014.

_____. Resolução n.º 1.129, de 21 de novembro de 2008: aprova a NBC T 16.2 – patrimônio e sistemas contábeis, 2008b. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001129>. Acesso em: 25 jun. 2014.

_____. Resolução n.º 1.130, de 21 de novembro de 2008: aprova a NBC T 16.3 – planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil, 2008c. Disponível em:



<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001130>. Acesso em: 25 jun. 2014.

_____. Resolução n.º 1.131, de 21 de novembro de 2008: aprova a NBC T 16.4 – transações no setor público, 2008d. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001131>. Acesso em: 25 jun. 2014.

_____. Resolução n.º 1.132, de 21 de novembro de 2008: aprova a NBC T 16.5 – registro contábil, 2008e. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001132>. Acesso em: 25 jun. 2014.

_____. Resolução n.º 1.133, de 21 de novembro de 2008: aprova a NBC T 16.6 – demonstrações contábeis, 2008f. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001133>. Acesso em: 25 jun. 2014.

_____. Resolução n.º 1.134, de 21 de novembro de 2008: aprova a NBC T 16.7 – consolidação das demonstrações contábeis, 2008g. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001134>. Acesso em: 25 jun. 2014.

_____. Resolução n.º 1.135, de 21 de novembro de 2008: aprova a NBC T 16.8 – controle interno, 2008h. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001135>. Acesso em: 25 jun. 2014.

_____. Resolução n.º 1.136, de 21 de novembro de 2008: aprova a NBC T 16.9 – depreciação, amortização e exaustão, 2008i. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001136> Acesso em: 25 jun. 2014.

_____. Resolução n.º 1.137, de 21 de novembro de 2008: aprova a NBC T 16.10 – avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público, 2008j. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001137>. Acesso em: 25 jun. 2014.

_____. Resolução N.º 1.055 de 07 de Outubro de 2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) e dá outras providências, 2005k. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1055.doc>. Acessado em 07 set. 2014.

_____. Resolução n.º 803/96. Aprova o Código de Ética Profissional do Contador – CEPC, 1996l. Disponível em: < www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_803.doc >. Acessado em 07 set. 2014.

_____. Resolução n.º 828/2011. Altera o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e dá outras Providências. 2011m. Disponível em: < http://www3. tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/PortSTN_828_20111214.pdf >. Acessado em 07 set. 2014.



_____. *Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade*. 3ª ed. Brasília, 2008n. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Livro_Principios-e-NBCs.pdf>. Acessado em 07 set. 2014.

DARÓS, Leandro Luís; PEREIRA, Adriano de Souza. *Análise das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas Ao Setor Público – NBCASP: Mudanças e Desafios Para A Contabilidade Pública*. In: **Congresso USP Controladoria e Contabilidade**, v. 9., 2009, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo, USP, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. Disponível em: <<http://www.ifac.org/about-ifac>>. Acesso em: 07 set. 2014.

_____. Conselho Federal de Contabilidade. *Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público*. NY, USA. 2010. Disponível em: <http://www.cnm.org.br/contadores/img/pdf/normas_internacionais_de_contabilidade/NornasInternacionaisdeContabilidadeparaoSetorPublico.pdf>. Acessado em 07 set. 2014.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MINISTÉRIO DA FAZENDA; SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL (STN). Portaria nº 753, de 21 de dezembro de 2012. Altera a Portaria nº 337, de 12 de julho de 2012, e a Portaria nº 828, de 14 de dezembro de 2011, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 26 dez 2102; Seção 1:9. Disponível em: < <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/carrossel-contabilidade-publica-04>>. Acessado em: 07 set. 2014.

NASCIMENTO, Viviane de Araújo; MARTINS, Mônica Maria Echeverria; ROCHA, Diego Targino de Moraes; SOUZA, Gisele Gomes de. *Novo Modelo De Gestão Patrimonial do Estado de Pernambuco: O Controle dos Bens Públicos À Luz das Novas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCASP)*. **Congresso CONSAD de Gestão Pública**. VI. Brasília. 16-18 abr. de 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.